

Par não secar. A estimativa é arrecadar R\$ 10 milhões por ano para aplicar na recuperação dos rios

População e empresas vão pagar para captar e consumir água

GILDO LOYOLA

Um produtor de café deverá pagar R\$ 5 por hectare por ano já a partir de 2011 em três bacias hidrográficas

RITA BRIDI
rbridi@redegazeta.com.br

■ A água já motiva conflitos e mortes em vários países do mundo. No Brasil, este bem indispensável e insubstituível - mas que é finito - também já provoca polêmica entre quem precisa de seu uso em abundância. Diante do quadro de degradação dos rios, poluição em excesso e acelerado consumo, a forma encontrada por governo e entidades foi disciplinar e cobrar pelo uso da água. Isso já é feito em São Paulo e Minas Gerais e vai chegar ao Espírito Santo no próximo ano.

Os levantamentos mostram que população e empresas terão que pagar pela captação, transporte, consumo e degradação da água. Um produtor de café deve pagar R\$ 5,00 para irrigar um hectare de durante o ano todo.

Os estudos estão sendo feitos pelos integrantes dos comitês das bacias dos rios

Guandu, Santa Maria do Doce e São José, que são afluentes do Rio Doce.

A captação da água para uso na indústria, agricultura (irrigação), geração de energia, saneamento e aquicultura (criação de peixes) deverá ser cobrada, como já acontece em pelo menos duas bacias de rios localizados em São Paulo e Minas Gerais. "A cobrança pelo uso da água é inevitável e mais cedo ou mais tarde será feita em todos os municípios do Estado", explica o diretor de Recursos Hídricos do Instituto Estadual do Meio Ambiente (Iema), Fábio Ahnert.

A cobrança, segundo Ahnert, induz ao uso racional da água, com as pessoas gastando apenas o necessário e, cria condições para arrecadar recursos que serão investidos em programas de recuperação dos rios fornecedores de água. A estimativa é que a arrecadação anual seja da ordem de R\$ 10 milhões, montante que será repassado para os comitês das bacias para aplicar em ações de educação ambiental e de recuperação dos rios.

O valor a ser cobrado dos usuários ainda não está definido, explica o gerente de Recursos

Hídricos do Iema, Robson Monteiro. A tarifa base que subsidia as discussões é a mesma praticada nas bacias do PCJ, em São Paulo e Minas Gerais, que foram definidas em 2003, mas que estão defasadas.

Lá, os valores cobrados são de R\$ 0,01 por metro cúbico de água captada, R\$ 0,02 por metro cúbico de água consumida (água que não retorna ao rio nem mesmo em forma de esgoto), R\$ 0,10 por quilo de DBO (Demanda Bioquímica de Oxigênio) lançado em corpo d'água e R\$ 0,15 por metro cúbico de água captada e transposta para outra bacia.

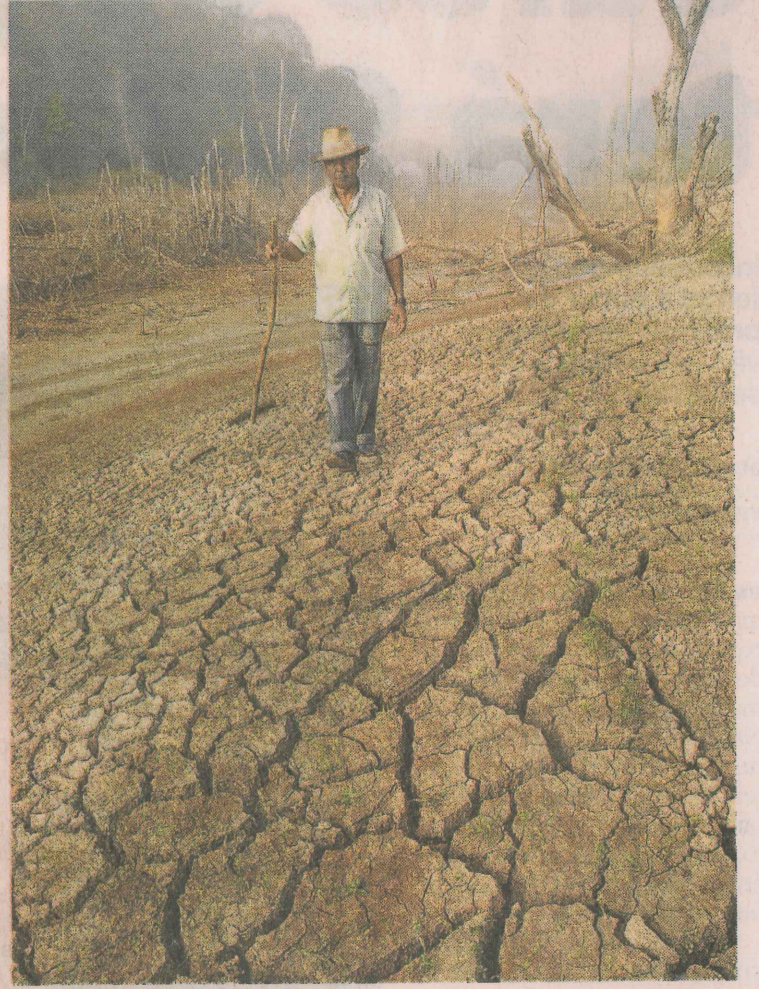
Considerando as tarifas acima e a irrigação por aspersão (o modelo é um dos que mais consomem água), o produtor capixaba pagaria R\$ 5,00 para irrigar um hectare de café durante o ano todo. O custo para irrigar um hectare de tomate seria de R\$ 6,00 por ano.

Além da definição das tarifas pelos integrantes dos comitês das bacias dos afluentes do Rio Doce, a implementação da cobrança depende de um projeto de lei que o governador deve encaminhar à Assembleia Legislativa e passar pela apreciação dos deputados.

PARA SEU FILHO ENTENDER

O QUE É BACIA HIDROGRÁFICA?

Bacia hidrográfica é a região cortada por um rio e, ou, um conjunto de seus afluentes, sendo separados pelos divisores de águas, que são as montanhas mais altas. Define-se bacia o conjunto de terras banhadas por um rio e seus afluentes, de forma que toda vazão seja descarregada através de um curso principal, limitada perifericamente por uma unidade topográfica mais elevada, denominada divisor de águas. De todos os usos possíveis de uma bacia hidrográfica o mais nobre está relacionado ao abastecimento público.



ESTIAGEM. As regiões do Norte do Estado vão pagar primeiro

Bem finito

A água está ficando cada vez mais escassa e o governo estuda uma forma de cobrar pelo uso. Confira

AS BACIAS

Bacia do Guandu

- Municípios**
- ▶ Afonso Cláudio
 - ▶ Colatina
 - ▶ Baixo Guandu
 - ▶ Itarana
 - ▶ Brejetuba
 - ▶ Laranja da Terra
 - ▶ Itaguacu

Bacia do Santa Maria do Doce e Santa Joana

- Municípios**
- ▶ São Roque do Canaã
 - ▶ Itarana
 - ▶ Santa Teresa
 - ▶ Colatina
 - ▶ Colatina
 - ▶ Linhares
 - ▶ João Neiva

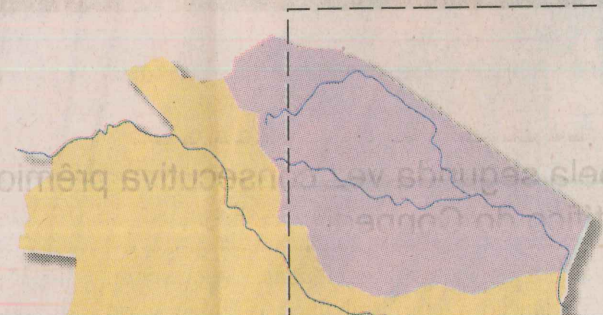
Bacia do São José, Pancas e Barra Seca

- Municípios**
- ▶ Alto Rio Novo
 - ▶ Vila Valério
 - ▶ Mantenedópolis
 - ▶ Gov. Lindenberg
 - ▶ Pancas
 - ▶ Sooretama
 - ▶ Águia Branca
 - ▶ Marilândia

NO ESTADO

Previsão de arrecadação com a cobrança pelo uso da água

R\$ 10
milhões por ano



AS BACIAS

Bacia do Guandu

Municípios

- ▶ Afonso Cláudio
- ▶ Colatina
- ▶ Baixo Guandu
- ▶ Itarana
- ▶ Brejetuba
- ▶ Laranja da Terra
- ▶ Itaguaçu

Área **2471,60**
km²

População **73.879**

Estabelecimentos agrícolas **6.465**

Área irrigada **10.720**
hectares

Estabelecimentos com irrigação **2.239**

Demanda hídrica atual **1.500**
litros/por segundo

Demanda hídrica projetada para 2030 **1.800**
litros/por segundo

Indústrias com outorga de direito de uso da água **7**

Empreendimentos de aquicultura/piscicultura outorgados **1**

Bacia do Santa Maria do Doce e Santa Joana

Municípios

- ▶ São Roque do Canaã
- ▶ Itarana
- ▶ Santa Teresa
- ▶ Colatina
- ▶ Colatina
- ▶ Linhares
- ▶ João Neiva
- ▶ Ibirapu
- ▶ Itaguaçu

Área **3.063**
km²

População **116.063**

Estabelecimentos agrícolas **3.022**

Área irrigada **48.326**
hectares

Estabelecimentos com irrigação **5.633**

Demanda hídrica atual **3.300**
litros por segundo

Demanda hídrica projetada para 2030 **4.100**
litros por segundo

Indústrias com outorga de direito do uso da água **3**

Empreendimentos de aquicultura/piscicultura outorgados **1**

Bacia do São José, Pancas e Barra Seca

Municípios

- ▶ Alto Rio Novo
- ▶ Vila Valério
- ▶ Mantenedópolis
- ▶ Gov. Lindenberg
- ▶ Pancas
- ▶ Sooretama
- ▶ Águia Branca
- ▶ Marilândia
- ▶ Colatina
- ▶ Jaguaré
- ▶ S. Domingos do Norte
- ▶ Rio Bananal
- ▶ S. Gabriel da Palha
- ▶ Linhares

Área **9.743** km²

População **225.600**

Estabelecimentos agrícolas **15.185**

Área irrigada **não disponível**

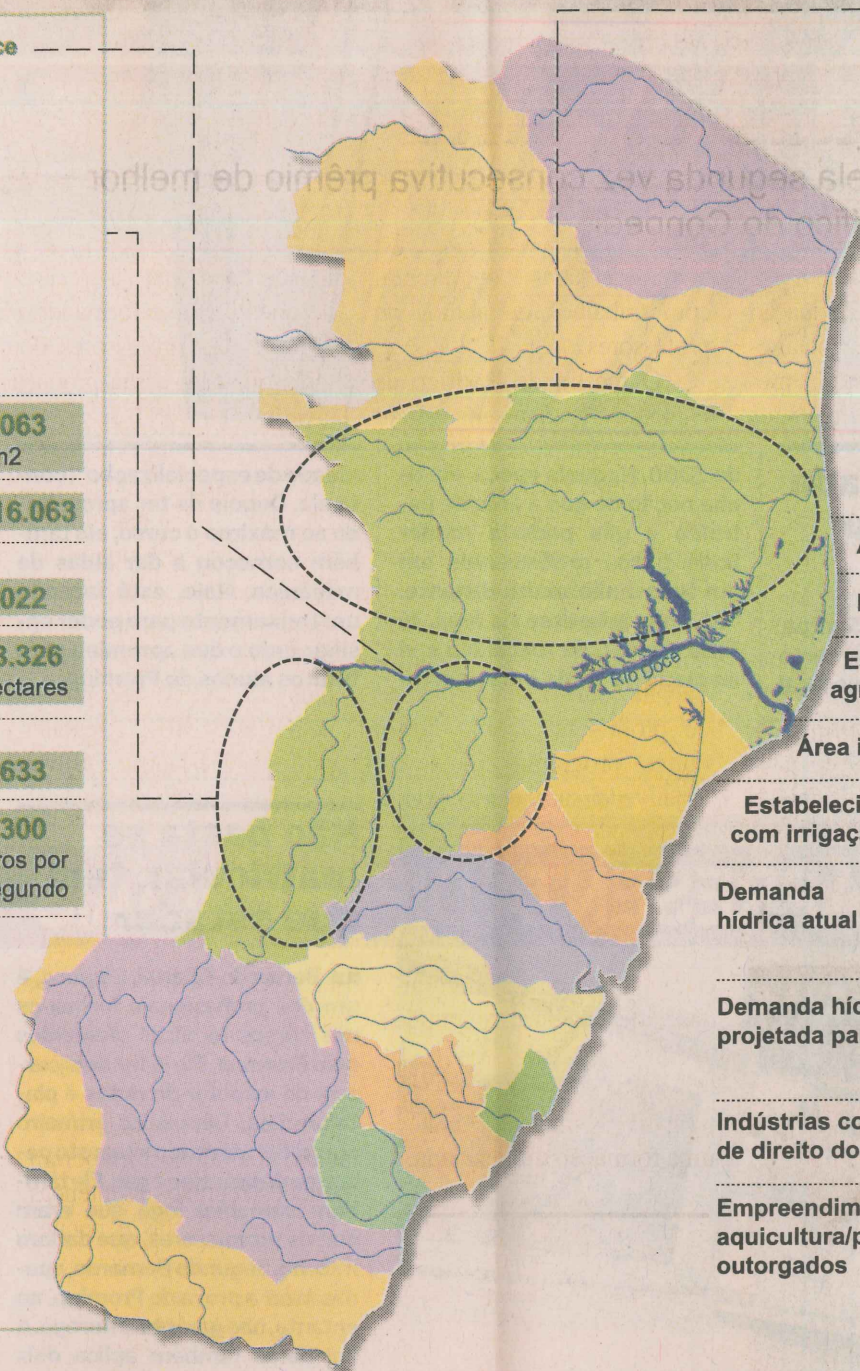
Estabelecimentos com irrigação **não disponível**

Demanda hídrica atual **16.000**
litros por segundo

Demanda hídrica projetada para 2030 **34.000**
litros por segundo

Indústrias com outorga de direito do uso da água **13**

Empreendimentos de aquicultura/piscicultura outorgados **10**



NO ESTADO

Previsão de arrecadação com a cobrança pelo uso da água

R\$ 10
milhões por ano

QUANTO JÁ SE PAGA HOJE

Média dos preços praticados pelas bacias de Paraíba do Sul e do Piracicaba, Capivari e Jundiá (PCJ) em Minas Gerais e São Paulo

Café **R\$ 5,00**
por hectare/ano



Cana **R\$ 7,00**
por hectare/ano



Mamão **R\$ 7,00**
por hectare/ano



Tomate **R\$ 6,00**
por hectare/ano



Pastagem **R\$ 3,00**
por hectare/ano



A Gazeta - Ed. de Arte - Ilvan/Genildo

Bacia do Rio Doce é a pior de todas

Junto com a cobrança virá a outorga, que é a autorização para o uso. Quem preservar, vai ser compensado

■ Segundo o presidente do Comitê da Bacia do Rio Doce, Leonardo Deptulski, a cobrança pelo uso da água terá o foco na quantidade e na qualidade. "A cobrança que estamos discutindo não é para gerar receita, mas para resolver os problemas que temos com a questão da água", explica.

Quando se fala em quantidade é preciso, segundo ele, lembrar a importância da preservação e recuperação das nascentes,

principalmente nas cabeceiras dos rios, para aumentar a produção de água, e a arborização das margens dos rios para evitar o assoreamento.

O conceito de qualidade, destaca Deptulski, envolve a despoluição dos rios, as estações de tratamento de esgoto e a educação ambiental para aumentar a consciência a respeito da necessidade de preservar.

A bacia do Rio Doce é considerada uma das mais degradadas do país. As várias ilhas que são vistas no leito do rio, quando se passa em Colatina e Linhares, são uma demonstração do nível de degradação do Doce. Os estudos demonstram

que com a alta degradação do solo em áreas próximas ao rio Doce, cerca de 200 toneladas de terra por km² são levados para o leito do rio a cada ano.

Com isso o rio perde volume de água útil, perde captação de água, perde fauna aquática e acentua as inundações e alagamentos. O assoreamento dos rios, que são os grandes fornecedores de água, é um dos principais problemas a serem enfrentados.

O presidente do comitê lembra que a política nacional de recursos hídricos considera a água como um bem finito. Se há algumas décadas atrás não havia preocupação com o desperdício, agora o uso ra-

cional é a palavra de ordem.

Deptulski lembra que junto com a cobrança vem a outorga, que é a autorização para o uso. A tendência, explicou, é isentar os consumos pequenos da cobrança, embora não estejam isentos da outorga.

Outra proposta em discussão é um tratamento diferenciado para quem preservar as nascentes que contribuirão para aumentar o volume de água dos rios. O empreendimento industrial que devolver a água limpa para o rio, também será beneficiado. Os benefícios que serão concedidos aos que preservarem as nascentes e aos que não poluírem ainda estão em discussão.

Rio percorre 850 km até atingir o oceano

■ A bacia do Rio Doce situa-se na região Sudeste, integrando a região hidrográfica do Atlântico Sudeste. Esta bacia, com uma área de drenagem de aproximadamente 86.715 km², dos quais 86% pertencem a Minas Gerais e o restante ao Espírito Santo, abrange um total de 230 municípios, sendo 28 no Espírito Santo.

As nascentes do rio Doce situam-se em Minas Gerais, nas serras da Mantiqueira e do Espinhaço, e suas águas percorrem cerca de 850 km, até atingir o Oceano Atlântico,

co, junto ao povoado de Regência, em Linhares, no Norte do Espírito Santo.

A população, na região da bacia, soma 3.924.000 habitantes. A atividade econômica da Bacia do Rio Doce é bastante diversificada, destacando-se a agropecuária (reflorestamento, lavouras tradicionais, cultura de café, cana-de-açúcar, criação de gado leiteiro e de corte e na suinocultura.); a agroindústria (sucroalcooleira); a mineração (ferro, ouro, bauxita, manganês, pedras preciosas e outros); a indústria (celulose, siderurgia e laticínios); o comércio e serviços de apoio aos complexos industriais; e a geração de energia elétrica.